



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

ATA N.º 46

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alenquer, celebrada em 11 de junho de 2019.-----

-----No dia 11 de junho de 2019, na sala Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, situada no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Alenquer, sob a presidência do Sr. Pedro Miguel Ferreira Folgado, com a participação dos Srs. Vereadores Rui Fernando de Sousa Santos Soares da Costa, Frederico Augusto Soares Rogeiro, Dora Patrícia da Silva Ferreira Pereira, Ernesto Simões Ferreira, Paulo Alexandre Raimundo Franco e Rosália Maria Hermínio Pedro Batista. -----

-----À hora fixada, ou seja, às 9.30 horas, foi pelo Sr. Presidente declarada aberta a reunião.-----

-----Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Ana Isabel da Cruz Brázia. -----

I. AUDIÇÃO DO PÚBLICO:

-----Nesta reunião foram ouvidos: -----

-----1. – **Luís Belmiro Delgado Félix**, residente em Casais da Marmeleira, recordou o problema que o impede de aceder à sua garagem, motivado pela colocação de asfalto na rua há 3 ou 4 anos, cuja passagem das águas danificou a porta de acesso. Lamentou o facto de o assunto se prolongar nos anos e procurou saber a previsão da sua resolução, uma vez que se aproximam as férias e a falta de mão-de-obra poderá interferir com a execução dos trabalhos.-----

-----O **Presidente** informou que se o assunto faz parte da Ordem do Dia da reunião de hoje e será apreciado na altura devida. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** pretendeu esclarecimentos sobre a respetiva obra e questionou se as obras são realizadas pelo município. -----

-----O **Presidente** informou que o município apresentou um orçamento que foi avaliado pelos serviços, cujo valor da indemnização se destina à execução das obras que ficarão a cargo do município -----

-----2. – **Maria Angélica Rodrigues**, residente na Rua das Palmeiras, lote n.º 12, em Guizanderia, União de Freguesias de Carregado e Cadafais, questionou o ponto da situação, relativamente às infiltrações/inundações nos lotes 10 e 12, que foram objeto de uma inspeção vídeo às condutas de águas residuais que se encontram a tardo dos lotes das Ruas dos Lírios e das Palmeiras, na referida localidade, dado que existem muros

degradados e os seus proprietários aguardam por uma resposta desta Câmara Municipal, quanto à sua reparação. -----

-----O **Presidente**, informou que lamenta que a situação não tenha sido ainda resolvida.--

-----Seguidamente, deu a palavra à vereadora **Dora Pereira**, com funções atribuídas neste âmbito, a qual informou as diligências, entretanto efetuadas, as quais não produziram os efeitos pretendidos. Por este motivo avançar-se-á para a tomada de medidas mais pesadas, ou seja, notificações com aplicação de coimas. -----

-----O **Presidente** também alertou a munícipe, que poderá recorrer à via judicial para resolução do problema. -----

-----No entanto, irá novamente, recorrer à notificação, com aplicação de coimas, como referido. -----

-----A **munícipe** referiu que a sua presença é no sentido de colaborar com a Câmara e procurar solução. -----

-----A vereadora **Rosália Batista** disse que, se a questão é o entupimento do cano, será de retirar o objeto para encaminhamento das águas. -----

-----O **Presidente** respondeu que o desentupimento da conduta ajuda, mas não resolve e que a solução passa pelo desvio da conduta das águas para as traseiras, o que implicará obras estruturais. -----

-----**3. – Carlos Alberto Outeiro de Oliveira**, residente na Praceta Infante D. Henrique, lote 53, 4.º esq.º, em Carregado, pretendeu saber o ponto de situação das obras que estão a ser executadas na Urbanização da Barrada, nomeadamente no Espaço Radical, as quais se encontram paradas há 3 meses. -----

-----Recordou que se trata de uma zona problemática e que poderão surgir estragos no que está executado, porque os rapazes pretendem rebentar as grades.-----

-----O **Presidente** informou que a paragem se deveu a problemas de execução do projeto, nomeadamente as cotas da soleira e que para serem efetuadas alterações houve necessidade de obter autorização do projetista, estando os serviços a ultimar essas alterações. De momento, não lhe é possível adiantar uma data para recomeço dos trabalhos, mas supõe concluir a obra até ao final do ano. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** comentou que esteve presente na apresentação do projeto e que alguns moradores fizeram sugestões que devem ser implementadas. -----

-----Recordou o caso do projeto da escola de Ota em que há necessidade de execução de trabalhos a mais. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----1. – O Presidente:-----

-----a) – Orçamento Participativo Alenquer: - conforme solicitado pelo vereador Frederico Rogeiro numa reunião anterior, distribuiu, pelos membros presentes a lista de contactos dos proponentes dos projetos vencedores das quatro edições do OPA. -----

-----b) – PEDU: - deu conhecimento, por escrito, das notas escritas apresentadas pelo vereador da coligação "Juntos Pelo Concelho", Frederico Rogeiro, sobre os Projetos do plano em título, as quais, foram comentadas pelo seu autor, na reunião anterior.-----

-----2. – O Vereador Ernesto Ferreira: -----

-----a) – Empreitada de Requalificação do Espaço Radical da Barrada: - teceu comentários acerca do assunto em título, apresentado na reunião de hoje, por um munícipe do Carregado e recordou que, na reunião de Executivo, realizada no passado dia 18 de março, o Presidente informou que naquele momento, tinha ocorrido uma pausa na referida obra, sem justificar o motivo, lamentando a falta de comunicação por parte da Câmara Municipal. -----

-----b) – Ponte Pedonal - Alenquer: - na sequência da falta de comunicação por parte desta Câmara Municipal, comentou que foi criado alarme, relativamente ao estado de degradação da Ponte Pedonal que liga o estacionamento da "Antiga Fábrica da Chemina" ao Mercado Municipal e sugeriu que os serviços verifiquem o estado da respetiva ponte, devendo a sua reparação ser célere.-----

-----c) – Centro Popular de Recreio e Cultura do Bairro: - recordou o 6.º Passeio de Motas e Motorizadas Clássicas, pelo concelho de Alenquer, realizado no dia 02 do corrente, pela coletividade em título. -----

-----Ao mesmo tempo, em nome da mesma, agradeceu a esta Câmara Municipal, nomeadamente ao Vice-Presidente, pela sua disponibilidade, na visita guiada ao Palácio Municipal. -----

-----Na sequência, referiu que é detentor de um documento publicado em 2003, sobre a história do referido Edifício, desde a intenção da sua construção, até ao termo de pagamento, sugerindo a esta Câmara Municipal, a publicação de uma nova edição, onde incluía também, a história de outros edifícios/monumentos deste concelho, a ser distribuída gratuitamente ou a um preço simbólico, a quem os visita. -----

-----d) – Reunião da Assembleia Municipal - Ambiente: - comentou que foi realizada uma reunião de um grupo de deputados da Assembleia Municipal, em que foram

convidados, um técnico da AdA e outras individualidades para discussão do tema “Ambiente”, onde abordaram a questão da água. Foi-lhe transmitido que o aumento do preço do custo da água deveria ser de 46 %.-----

-----Sem querer interferir nos assuntos da Assembleia Municipal, pretende explicações sobre este assunto.-----

-----O **Presidente** informou que existe, desde 2016, um pedido de reequilíbrio financeiro da parte da AdA - Águas de Alenquer, S.A., baseado nas questões de calcário, expectativa de instalação de mais contadores, entre outros.-----

-----Uma das questões apresentadas nessa reunião, foi o aumento da tarifa da água, com a qual discorda e aguarda por uma nova proposta, que seja mais credível, nessa altura, apresentá-la-á à Câmara Municipal.-----

-----Esclareceu, ainda, que a referida reunião foi promovida por uma comissão da Assembleia Municipal, a qual convidou todas as forças políticas e um técnico da AdA - Águas de Alenquer, S.A., visando a análise do contrato de concessão. No entanto, desconhece o teor daquela reunião, porque não esteve presente.-----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** referiu que esta Câmara Municipal deverá analisar os custos e ponderar a possibilidade de retorno dos serviços ao Município, considerando que a maioria dos consumidores, acham elevados os valores cobrados pela água e pelo saneamento.-----

-----Observou as constantes roturas, principalmente no Carregado e recordou que, aquando da celebração do contrato de concessão, esse trabalho competia à AdA - Águas de Alenquer, S.A..-----

-----Em sua opinião, caso aquela empresa não cumpra, esta Câmara Municipal deverá pôr termo ao contrato e os serviços retornarem ao Município, insinuando a possibilidade de se recorrer a fundos comunitários, para colocar termo às inúmeras roturas.-----

-----O **Presidente** esclareceu que, no contrato com a AdA - Águas de Alenquer, S.A., ficou firmado a restituição de 60 milhões, em caso de reversão, razão pela qual, desconsidera essa situação.-----

-----Explicou que a rede de saneamento, quando foi planeada, o número de habitantes era muito inferior, relativamente, ao número atual, mas, o Ministério do Ambiente, não tem desbloqueada verba, nesse sentido.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

- Referiu que se trata de um problema transversal a muitos Municípios da Oeste CIM. No entanto, será de analisar quais as hipóteses através dos Fundos Comunitários, para substituir a tubagem da canalização.-----
- Salientou que algumas roturas são mais complexas de reparar, devido ao calcário, situação que se arrasta há algum tempo, porque as Águas do Oeste, (hoje Águas do Tejo Atlântico), não assumiram o problema como seu e a ERSAR, quando confrontada com a questão do calcário nas tubagens, absteve-se. Acabando por recair no Município de Alenquer.-----
- Reiterou que, como Presidente desta Câmara Municipal, não aumentará a tarifa da água e aguardará por uma nova proposta da AdA - Águas de Alenquer, S.A..-----
- O vereador **Frederico Rogeiro** referiu que tomou conhecimento do teor do relatório relativo ao ano de 2017, embora desconheça o de 2018. -----
- Teceu comentários relativos ao relatório, e questionou qual a dívida da Câmara Municipal à AdA - Águas de Alenquer, S.A., bem como o inverso.-----
- Também, pretendeu saber a razão de o processo de Reequilíbrio Financeiro, que deveria durar 90 dias, já se arrastar há 3 anos. Considerou que esta situação não interessa a nenhuma das partes. -----
- Em sua opinião, os consumidores não têm a culpa do incumprimento do contrato, porque eles não fazem parte do mesmo, sendo, apenas, meros clientes, mas concorda que a tarifa da água não deve aumentar. -----
- Referiu a dívida da Câmara Municipal à AdA, tendo o **Presidente** reiterado que a mesma está na sequência do pedido de Reequilíbrio Financeiro, nomeadamente no que concerne às questões de calcário, de expectativa de instalação de mais contadores e do compromisso assumido no primeiro reequilíbrio, que nunca foi liquidado.-----
- Todo este processo tem sido acompanhado por um consultor externo, reiterando, que em todas as propostas apresentadas, pela AdA - Águas de Alenquer, S.A., consta um aumento de tarifa, com o qual discorda.-----
- O vereador **Frederico Rogeiro** disse que caso esta Câmara Municipal se disponha a pagar o que a AdA - Águas de Alenquer, S.A. pretende, será uma opção mais vantajosa para a referida empresa. -----
- Em sua opinião, esta Câmara Municipal terá de apresentar uma contraproposta concreta. -----

-----O **Presidente** informou que a Câmara Municipal está disponível para discutir o assunto com a AdA - Águas de Alenquer, S.A., mas, na sua perspetiva, não houve redução de contadores, o maior problema foi a expectativa criada à volta da vinda do aeroporto. -----

-----Referiu já ter alertado a empresa acima mencionada, que não negoceia, enquanto insistirem no aumento da tarifa da água. No entanto, está disponível para negociar na questão do calcário e do primeiro reequilíbrio financeiro. Trata-se de questões complexas, que envolvem dinheiros públicos. -----

-----Reiterou que aguarda por uma proposta equilibrada, que seja viável para esta Câmara Municipal. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** apelou a que sejam convidados os elementos da oposição a participarem numa reunião da Comissão de Acompanhamento, salientando o poder do Presidente, nesta situação, que tem como consequência o impedimento da oposição nas mencionadas reuniões. -----

-----Apelou a que seja dado conhecimento das datas das referidas reuniões e à autorização de participação da oposição nas mesmas, tendo o **Presidente** referido que não lhe parece viável. No entanto, irá apresentar o caso à comissão e esta decidirá.-----

-----**3. – A Vereadora Rosália Batista:**-----

-----a) – **Reunião da Assembleia Municipal - Ambiente:** - na sequência da intervenção do vereador Ernesto Ferreira, reforçou a sua preocupação relativamente ao assunto e solidarizou-se com a discordância do Presidente relativamente ao aumento das tarifas de água.-----

Ao mesmo tempo, apelou à participação dos elementos da oposição nas reuniões da Comissão de Acompanhamento.-----

-----O **Presidente** referiu que irá apresentar o caso à comissão e esta decidirá.-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** salientou que o respetivo regulamento, permite as suas presenças, desde que obtenham permissão.-----

-----b) – **Marchas Populares Olhalvo:** - convidou o Executivo a estar presente no evento em título, que se realizará no dia 22 do corrente, tendo o **Presidente** agradecido o mesmo e esclarecido que não lhe será possível estar presente, bem como o Vice-Presidente, devido a obrigações oficiais. No entanto o vereador Paulo Franco e a vereadora Dora Pereira, poderão representar o Município.-----

-----**4. – O Vereador Frederico Rogeiro:**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----a) – **Protocolo – SUMA:** - questionou qual a solução ponderada, para o futuro da SUMA, tanto a breve, como a longo prazo.-----

-----O **Presidente** explicou que já existem sugestões, enumerando-as, mas, está em estudo o melhor espaço para recolocar a SUMA, porque, como o seu interior terá de ser insonorizado ter-se-á de avaliar os seus custos. -----

-----b) – **Jantar de Empresários do Concelho de Alenquer:** - solicitou a divulgação do estudo, apresentado no jantar em epígrafe.-----

-----O **Presidente** disse que o enviará, oportunamente, dado que já foi divulgado, pelos empresários. -----

-----c) – **Festas do Divino Espírito Santo:** - elogiou as festas em assunto, fazendo um balanço positivo das mesmas, e salientou o trabalho de inúmeros voluntários na confeção de flores em plástico, sugerindo que se pondere utilizar outro material. -----

-----O **Presidente** referiu que os talheres de plástico, foram substituídos por materiais biodegradáveis. No entanto, quanto às flores para a decoração, estudar-se-á qual o melhor material para o ambiente. -----

-----O **Vice-Presidente** informou que as flores de plástico são guardadas e reutilizadas no ano seguinte e que este material foi escolhido devido à sua resistência à chuva, ao vento e à sua maleabilidade para trabalhar.-----

-----A vereadora **Rosália Batista** justificou a sua ausência nas festas em título e parabenizou a realização e a inovação das iniciativas e atividades deste ano, bem como da Feira da Ascensão. -----

-----Quanto às flores de plástico, teve oportunidade de ver ao longo da semana a decoração das ruas, considerando um trabalho bem conseguido e elogiou a sua reciclagem. -----

III. ORDEM DO DIA:

-----1. - **Aprovação de Ata:** - Transcrita no livro próprio, procedeu-se à distribuição da ata da reunião ordinária do dia 27 de maio de 2019 que, para efeitos imediatos, havia ficado logo aprovada em minuta, no final da mesma, nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Depois de dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la, de harmonia com o disposto no número 2 do citado articulado.-----

OBRAS DE PARTICULARES:

2. PROCESSOS À CONSIDERAÇÃO DA CÂMARA

-----No âmbito da legislação aplicável submete-se os seguintes processos à aprovação da Câmara:-----

-----**Ponto 2-A**-----

-----**2-A_1 - Processo n.º 02/1995/410** - Relativo à operação de loteamento urbano que António de Mascarenhas Mexia Santos levou a efeito no prédio denominado “Quinta das Varandas”, situado no Casal Santo António, união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), licenciada através do alvará de loteamento n.º 11/99. -----

-----No seguimento do pedido de alteração ao mencionado alvará de loteamento, formulado pelo promotor da operação de loteamento respeitante ao lote 46, a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na mesma informação, o qual refere que face à entrega dos elementos solicitados deverá ser efetuada por edital a consulta aos proprietários dos restantes lotes da urbanização a fim de que os mesmos manifestem a sua concordância ou não, relativamente à alteração proposta.-----

-----**2-A_1_A Informação técnica n.º 5112/DURB/27-05-2019;** -----

-----**2-A_1_B Planta de localização;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda por Edital à consulta dos proprietários dos restantes lotes da operação de loteamento em causa, para que manifestem a sua concordância ou não, quanto à alteração ao Alvará de Loteamento agora proposta para o lote 46. -----

-----**2-A_2 - Processo n.º 02/2010/2** - Relativo à operação de loteamento urbano que João dos Santos e Maria Isabel Ferreira dos Santos levaram a efeito no prédio denominado “Quinta da Requeixada” ou “Quinta do Contador”, situado no sítio da Requeixada, união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), licenciada através do alvará de loteamento n.º 1/2017.-----

-----No seguimento da realização da vistoria para a receção provisória das obras de infraestruturas da operação de loteamento em causa, a engenheira municipal Mafalda Caldas emitiu a informação a seguir indicada: -----

-----**2-A_2_A Informação técnica n.º 4794/DURB/17-05-2019;** -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, uma vez que não se encontram reunidas as condições para o deferimento do pedido de receção provisória das infraestruturas da operação de loteamento em causa, que se notifiquem os promotores



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

da dita operação de loteamento do conteúdo do auto de vistoria emitido e acima referido, para conhecimento e devidos efeitos.-----

-----**2-A_3 - Processo n.º 04/2010/42** - Relativo ao pedido de informação prévia para a viabilidade de construção de moradia unifamiliar, anexo e muros que a firma IMOTSU, Sociedade Imobiliária, Lda., pretende levar a efeito no prédio rústico denominado "Quinta de A-dos-Carneiros, "Vale de Matos", Vale Mourisco" ou "Terra do Adriano", situado no Sítio de Vale Mourisco ou Terra do Adriano, no lugar de A-dos Carneiros, união das freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 69, Secção D da freguesa de Pereiro de Palhacana e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 302 da freguesia de Ribafria. -----

-----Acerca da solicitação da emissão de declaração de manutenção de pressuposto, para a prorrogação do prazo de validade da presente informação prévia, a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na mesma informação, o qual refere que se propõe o indeferimento da pretensão conforme informação técnica, devendo ser presente à reunião de Câmara para efeitos de deliberação: -----

-----**2-A_3_A Informação técnica n.º 5042/DURB/23-05-2019;**-----

-----**2-A_3_B Planta de localização;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de emissão de declaração de manutenção de pressupostos para prorrogação do prazo de validade da presente informação prévia, uma vez que a propriedade em causa não possui uma área mínima de 40.000 m2 para que, eventualmente, possa ser autorizada a construção de habitação própria unifamiliar na classe de espaço em que se insere. -----

-----**2-A_4 - Processo n.º 04/2019/11** - Relativo ao pedido de informação prévia para viabilidade de realização de obras de construção de Posto de Abastecimento de Combustíveis que Prediband – Construções e Atividades Imobiliárias, S.A., pretende levar a efeito no prédio rústico denominado "Casal Machado", situado no lugar de Casal Machado, união das freguesias de Alenquer (Santo Estevão e Triana), inscrito na matriz cadastral sob o artigo 50, Secção 1AB e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 2735 da freguesia de Santo Estevão. -----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na dita informação, o qual refere que se notifique a requerente da presente informação e que o processo deverá ser presente à reunião de Câmara para conhecimento da informação técnica e dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas:-----

-----**2-A_4_A - Informação técnica n.º 5163/DURB/25-05-2019;**-----

-----**2-A_4_B Planta de localização;**-----

-----Acerca da pretensão o **Vereador Frederico Rogeiro** referiu que não concorda que o executivo desta Câmara Municipal delibere sobre os pedidos de viabilidade sem as mesmas conterem os pareceres emitidos pelas entidades intervenientes (à semelhança da presente pretensão), mas antes, ser proferida deliberação após a receção e conhecimento dos referidos pareceres.-----

-----O **Vereador Ernesto Ferreira** corroborou o mesmo.-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que se notifique a firma interessada do teor da informação técnica nº 5163, de 28.05.2019, prestada pela gestora do procedimento, para ter em consideração o nela contido e, em fase de licenciamento, dar cumprimento às condições impostas pelas entidades intervenientes, cujos pareceres já se encontram emitidos.-----

-----**2-A_5 - Processo n.º 05/2019/5417 - Pedido de certidão de desanexação de uma parcela de terreno:** Requerimento de Maria Eduarda Gregório Lopes Tralha, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, em como não existe inconveniente na desanexação de uma parcela de terreno com a área de 56 m2, a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 4350 da união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana) e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o nº. 2811 da freguesia de Triana, parcela esta que se destina à criação de logradouro do prédio urbano contíguo situado na Rua Sacadura Cabral, n.º 5, em Alenquer, na dita união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), inscrito na matriz predial sob o artigo 1025 da referida união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana) e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o nº. 54 da freguesia de Triana.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação:-----

-----**2-A_5_A Informação técnica n.º 5137/DURB/57-05-2019;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, não ver inconveniente na desanexação de uma parcela de terreno com a área de 56 m², a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 4350 da união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana) e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º. 2811 da freguesia de Triana, parcela esta que se destina à criação de logradouro do prédio urbano contiguo situado na Rua Sacadura Cabral, n.º 5, em Alenquer, na dita união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), inscrito na matriz predial sob o artigo 1025 da referida união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana) e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º. 54 da freguesia de Triana, não constituindo esta desanexação uma operação de loteamento tal como se encontra definida na alínea i) do artigo 2.º. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação vigente, uma vez que não se destina de imediato e subsequentemente à construção urbana e emitir a certidão respetiva.-----

-----**2-A_6 - Processo n.º 05/2019/5483 - Pedido de certidão de constituição de compropriedade:** Requerimento de Tiago Filipe Xavier Ferreira, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, previsto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para constituição de compropriedade sobre o prédio rústico denominado "Albarrol" ou "Pocariça", situado no limite do lugar de Pocariça, freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 226, Secção C da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 918 da freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor de cada um dos futuros comproprietários. -

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu as seguintes informações:-----

-----**2-A_6_A - Informação técnica n.º 4515/DURB/09-05-2019;**-----

-----**2-A_6_B - Informação técnica n.º 4958/DURB/22-05-2019;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade sobre o prédio rústico denominado "Albarrol" ou "Pocariça", situado no limite do lugar de Pocariça, freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz

cadastral sob o artigo 226, Secção C da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 918 da freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor de cada um dos futuros comproprietários, sob condição de não existir parcelamento físico, o terreno não se destinar a construção urbana nem a operação de loteamento e emitir a certidão respectiva. -----

-----**2-A_7 – Processo n.º06/2018/7586** – Relativo a solicitação por parte da união das freguesias de Carregado e Cadafais quanto à verificação do estado de conservação do edifício situado na Rua Vaz Monteiro, n.º 152, na vila de Carregado, união das freguesias de Carregado e Cadafais, face às obras a que o mesmo foi sujeito recentemente, com particular incidência quanto à resistência das guardas das varandas. -----

-----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na dita informação, o qual refere que o auto de vistoria deve ser presente à reunião de Câmara para efeitos de deliberação. -----

-----**2-A_7_A – Informação técnica n.º 5296/DURB/31-05-2019;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e deliberou, por unanimidade, dele dar conhecimento à Gestão do Condomínio do prédio em causa, à firma J.F.C.A. – Metalomecânica, Alumínios e Construção Civil, Lda., ao cuidado de José Fernando Coelho Augusto e à União de Freguesias do Carregado e Cadafais, assim como sugeriu que o condomínio do edifício localizado na Rua Vaz Monteiro, n.º 152, na vila do Carregado, opte por diligenciar no sentido de promoverem a realização de uma avaliação de desempenho estrutural, nomeadamente, de todos os elementos em consola, a realizar por entidade (ou laboratório da especialidade) que se mostre credenciada para o efeito. -----

-----**2-A_8_Processo n.º 07/2018/17** – Relativo ao pedido de licenciamento para ocupação do espaço público e publicidade (sinalização direcional) na Rua Vaz Monteiro, na Vila de Carregado, união das freguesias de Carregado e Cadafais, que a firma Frenetik Smile – Unipessoal, Lda., instalou no local acima indicado.-----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na informação, referindo que se propõe o indeferimento



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

da pretensão relativamente aos elementos apresentados. Devendo também notificar-se a requerente para, no prazo de 10 dias, proceder à remoção do suporte publicitário: -----

----**2-A_8_A – Informação técnica n.º 5150/DURB/27-05-2019.**-----

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão e estabelecer o prazo de 10 dias, a contar da data da presente notificação, prazo este em que se efetiva o direito de audiência prévia da mesma, para que a firma requerente proceda à remoção do suporte publicitário.-----

----**2-A_9_Processo n.º 07/2019/3 –** Relativo ao pedido de licenciamento de publicidade – unidade móvel publicitária (com a matrícula 98-96-EG) e publicidade sonora que a firma ao Rubro Marking e Publicidade, Lda., requereu para a realização de campanha publicitária do Aldi Supermercado, a decorrer nos dias 5 e 6 de julho, nas principais vias de Carregado e Alenquer.-----

----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na informação, referindo que se propõe o deferimento da pretensão com as condições indicadas na informação técnica:-----

----**2-A_9_A – Informação técnica n.º 5014/DURB/23-05-2019.**-----

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão, nos termos e nas condições indicadas na informação prestada pela gestora do procedimento, mediante o pagamento das taxas devidas. -----

----**Ponto 2 B**-----

----**2_B_1 – Processo n.º 14/2019/3 -** Relativo à denúncia verbal reportada à fiscalização municipal acerca do estado de conservação do prédio urbano situado na Rua Capitão Junqueira Coelho, n.º 13, na localidade de Penafirme da Mata, na freguesia de Olhalvo.-----

----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado. -----

----**2_B_1_A Informação técnica n.º 5038/DURB/23-05-2019.**-----

----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e deliberou, por unanimidade, estabelecer o prazo de 90 dias para que a proprietária do imóvel proceda em conformidade com o indicado no referido auto de vistoria.-----

----**2_B_2 – Processo n.º 19/2019/13 -** Relativo à denúncia escrita reportada à fiscalização municipal acerca do estado de conservação do prédio urbano situado na

Travessa da Cruz, n.º 9, na localidade de Cadafais, na União das Freguesias de Carregado e Cadafais. -----

-----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado. -----

-----**2_B_2_A Informação técnica n.º 5297/DURB/31-05-2019.**-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e deliberou, por unanimidade, estabelecer o prazo de 90 dias para que o representante da herança de Joaquim José Rodrigues da Silva proceda em conformidade com o indicado no referido auto, devendo os trabalhos em causa serem precedidos de uma comunicação às entidades responsáveis pelos cabos elétricos e de telecomunicações (infraestruturas públicas) e placa sinalizadora de nome de rua fixa numa das paredes em questão.-----

-----**3. - Tarifário Especial para o Serviço de Abastecimento de Água e Tarifário Social para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública:** -

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 04 de junho em curso, foi presente a proposta número 5359 - VP/2019, que se transcreve:-----

-----“CONSIDERANDO: -----

-----A informação prestada pela Técnica Superior, Inês Lopes, da Unidade Técnica do Potencial Humano, registada sob o número 5359, em 03 de junho em curso, e que: -----

-----No dia 13 de abril de 2016 entrou em vigor o novo Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alenquer, publicado no *Diário da República*, 2ª série – N.º 56 – 21 de março de 2016, o qual prevê no artigo 58.º, a aplicação dos tarifários sociais a utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de Segurança Social e a utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública; -

-----O Tarifário para Famílias Numerosas não está disponível para o serviço de gestão de resíduos urbanos e de limpeza pública, conforme estabelecido no número 4 do artigo 58.º do referido regulamento;-----

-----Se mantêm as condições de acesso para benefício do Tarifário Especial para o Serviço de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais do Município de Alenquer, conforme estipulado no Protocolo – Tarifário Especial, celebrado entre o Município de Alenquer e a AdA – Águas de Alenquer, S.A.;-----

-----Com base nas avaliações técnicas realizadas de acordo com o estipulado no Protocolo – Tarifário Especial celebrado entre o Município de Alenquer e a AdA – Águas



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

de Alenquer, e no Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alenquer e do Tarifário Social para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública do Município de Alenquer,-----

-----**PROPONHO**, a atribuição dos benefícios dos referidos tarifários aos munícipes a seguir identificados, por reunirem os requisitos necessários para usufruírem dos mesmos:

-----**SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – TARIFÁRIO SOCIAL**-----

- 1 – Vera Maria Ferreira dos Santos, residente na Rua Alferes Machado Ferrão, n.º 2, 3.º dt.º, no Carregado, 2580-488, Carregado, com o n.º de cliente 5982545;-----
- 2 – Alda Maria Félix Anacleto, residente na Rua José Saramago, n.º 12, em Paredes, Alenquer, 2580-662 Alenquer, com o n.º de cliente 24069;-----
- 3 – Elmiza Domingas António Augusto, residente na Praceta João Rodrigues Cabrilho, lote 77, 4.º esq., no Carregado, 2580-485 Carregado, com o n.º de cliente 6740430;-----
- 4 – Luís António da Silva Pedro, residente na Rua da Glória, n.º 4, em Eiras, Abrigada, 2580-116 Abrigada, com o n.º de cliente 24682;-----
- 5 – Gilberto Rui Parra Gaspar Trindade, residente na Rua do Olival, n.º 48, em Paredes, 2580-573 Alenquer, com o n.º de cliente 6597572;-----
- 6 – Maria Judite Magalhães Henriques da Silva, residente na Rua do Outeiro, s/n em Bogarréus, 2580-171 Meca, com o n.º de cliente 22570;-----
- 7 – Ana Lúcia da Silva Barbosa, residente na Praceta Gaspar Corte Real, lote 60, 9.º esq., no Carregado, 2580-480 Carregado, com o n.º de cliente 6881572;-----
- 8 – Albertino António Henriques da Costa, residente na Rua da Ladeira n.º 1, em Catém, 2580-176 Meca, com o n.º de cliente 22996;-----
- 9 – Alexandra Isabel Correia Filipe, residente na Praceta Tristão Vaz Teixeira, lote 15, 3.º dt.º, no Carregado, 2580-601 Carregado, com o n.º de cliente 5810744;-----
- 10 – Maria da Conceição Abrantes, residente na Avenida 25 de abril, n.º 84, 4.º esq., em Alenquer, 2580-367 Alenquer, com o n.º de cliente 6284760;-----
- 11 – Maria das Dores Figueiredo Mata Bogas, residente na Praceta Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, lote 1, 2.º dt.º, no Carregado, 2580-602 Carregado, com o n.º de cliente 6983979;-----
- 12 – José Egipto Bonifácio, residente na Rua Casais da Flamenga, n.º 50, em Lapaduchos, 2580-436, Vila Verde dos Francos, com o n.º de cliente 19728;-----

-----13 – Maria de Fátima Patrício da Paz, residente na Praceta João Álvares Fagundes, lote 5, 6.º dt.º, no Carregado, 2580-485 Carregado, com o n.º de cliente 17916; -----

-----14 – Carina Isabel Pereira Silva Reis, residente na Rua Principal, n.º 2, em Barbas, 2580-083 Aldeia Galega da Merceana, com o n.º de cliente 14566;-----

-----15 – Raique Ferreira de Oliveira Pereira, residente na Praceta João Álvares Fagundes, lote 7, 9.º dt.º, no Carregado, 2580-483 Carregado, com o n.º de cliente 7062206;-----

-----16 – Anna Vladimirovna Mishanina, residente na Praceta Diamantino Almeida Vicente, n.º 1, 3.º esq., nos Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 20211;-----

-----17 – Daniel António Domingos Ferreira, residente na Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 45, na Pocariça, 2580-232 Olhalvo, com o n.º de cliente 201990612; -----

-----18 – Gertrudes Esteves Rafael Ramalho Rocha, residente na Rua da Fonte, n.º 1, nos Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 19989; -----

-----19 – Mário Augusto Oliveira Monteiro, residente na Praceta Dr. Nuno Siqueira, lote 5, 2.º dt.º, em Ota, 2580-652 Ota, com o n.º de cliente 6989578; -----

**-----SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA PÚBLICA –
TARIFÁRIO SOCIAL -----**

-----1 – Francisca da Conceição Porém Batista, residente nas Escadinhas da Mesquita, n.º 12, r/c, na Vila Alta, em Alenquer, 2580-322 Alenquer, com o n.º de cliente 5886546; --

-----2 – Artur Manuel Oliveira dos Santos, residente na Rua Alves Redol, n.º 21, no Camarnal, 2580-376 Alenquer, com o n.º de cliente 12984;-----

-----3 – Maria do Carmo Susano Coelho, residente na Rua da Grécia, n.º 26, nos Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 20039; -----

**-----SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS
RESIDUAIS – TARIFÁRIO FAMILIAR-----**

-----1 – Rute Maria Ribeiro Farinha Luís Baião, residente na Rua da Chemina, n.º 5, 3.º dt.º, nas Paredes, 2580-563 Alenquer, com o n.º de cliente 402508 e 3 filhos dependentes; -----

-----2 – Cátia Sofia Andrade Maçarico Pedro, residente no Largo da Lage, n.º 1, em Aldeia Gavinha, 2580-110 Aldeia Gavinha, com o n.º de cliente 5284147 e 3 filhos dependentes;

-----3 – Carina Isabel Pereira Alegre, residente na Rua dos Padeiros, n.º 2, no Tojal, 2580-110 Aldeia Gavinha, com o n.º de cliente 5080142 e 3 filhos dependentes." -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, conceder os benefícios dos tarifários solicitados aos munícipes referenciados na proposta supra, por reunirem os requisitos necessários para usufruírem dos mesmos. -----

-----**4. – Veículos Abandonados:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 29 de maio findo, foi presente a proposta número 5155-P/2019, que se transcreve:-----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação prestada pelo Núcleo de Trânsito e Mobilidade, registada sob o n.º 5155, em 27 de maio em curso e **que:** -----

-----Relativamente aos veículos constantes da lista anexa, os seus proprietários, em consequência da verificação da situação de abandono e de degradação na via pública, foram notificados de forma regular e eficaz, por carta registada com aviso de receção, para proceder à remoção dos mesmos dos locais onde se encontravam, no prazo de 48 horas, tal como previsto no artigo 163.º do Código da Estrada e no artigo 5.º do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos em Situação de Abandono (RMRVSA); -

-----Não tendo os veículos sido retirados voluntariamente, pelos seus proprietários no prazo concedido no parágrafo anterior, foram os mesmos removidos dos locais onde se encontravam, em situação de abandono e de degradação na via pública, para o Parque Municipal de Veículos, seguindo-se a notificação dos respetivos proprietários, de forma regular e eficaz, por carta registada com aviso de receção, para procederem ao seu levantamento no prazo de 45 dias, tal como previsto no artigo 165.º do Código da Estrada e no artigo 13.º do RMRVSA; -----

-----Da notificação constava a advertência expressa que os veículos, não sendo levantados, se presumiam em situação de abandono, nos termos do citado artigo 165º do Código da Estrada e do artigo 6.º do RMRVSA;-----

-----Findo o prazo de 45 dias e não se mostrando levantados do Parque Municipal de Viaturas,-----

-----**PROPONHO** que, os veículos com as matrículas descritas na lista anexa, sejam declarados abandonados e adquiridos, por ocupação, a favor do Município de Alenquer, conforme previsto no artigo 165.º do Código da Estrada e no artigo 18.º do RMRVSA. -----

MATRÍCULA	MARCA	MODELO	Cor
13-05-LT	Renault	Clio	Branco

47-44-UT	Opel	Vetra-C	Preto
36-65-BG	Ford	Fiesta	Branco
01-91-CC	Fiat	Uno	Branco

“

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**5. – Celebração de Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de**

Meca: - Subscrita pelo senhor Presidente, em 03 de junho corrente, foi presente a proposta número 6956 - P/2019, que se transcreve: -----

-----“**Considerando:** -----

-----O pedido formulado pela Junta de Freguesia de Meca, com o registo número 6956, de 21 de maio findo, **e que:**-----

-----Os contratos interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à administração pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências; -----

-----A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----No atual contexto de escassez de recursos é importante rentabilizar os meios disponíveis num pressuposto de cooperação, solidariedade e coresponsabilização, mas, sobretudo, a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todas as autarquias são confrontadas; -----

-----Os Municípios, por força do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dispõem de atribuições no domínio do equipamento urbano, e que as Câmaras Municipais conforme o fixado na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mencionado diploma legal, dispõem de competências próprias quanto à criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de distribuição de bens e de recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal; -----

-----Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, para a



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas;-----

-----Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, cabe às Câmaras Municipais discutir e preparar com as Juntas de Freguesia, os contratos de delegação de competências;-----

-----A respetiva despesa, no valor de 5.904,00 (cinco mil novecentos e quatro euros), tem enquadramento orçamental na rubrica 01 02 0805010201, no projeto GOP 04 420 2011/19 6,-----

-----**PROPONHO** que, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do contrato em título, a celebrar com a Junta de Freguesia de Meca, para execução de diversas reparações no telhado e substituição de telhas na EB1 de Canados.”-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** observou o facto de o IVA dos orçamentos apresentados ter sido calculado a 23%, quando deveria ter sido a 6 %, do que resultará alteração do valor do contrato.-----

-----O **Presidente** disse que, relativamente a este ponto e ao ponto seguinte, da Ordem do Dia irá analisar e corrigir os valores.-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Mais deliberou a Câmara, nos termos da alínea m) do número 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, solicitar a competente autorização da Assembleia Municipal, conforme consignado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal.-----

-----Um exemplar da minuta do contrato interadministrativo a celebrar, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto.-----

-----**6. – Celebração de Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Meca:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 03 de junho em curso, foi presente a proposta número 6957 - P/2019, que se transcreve:-----

-----“**Considerando:**-----

-----O pedido formulado pela Junta de Freguesia de Meca, registado sob o número 6957, em 21 de maio findo, **e que:** -----

-----Os contratos interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à administração pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências; -----

-----A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----No atual contexto de escassez de recursos é importante rentabilizar os meios disponíveis num pressuposto de cooperação, solidariedade e coresponsabilização, mas, sobretudo, a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias são confrontadas; -----

-----Os Municípios, por força do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dispõem de atribuições no domínio do equipamento urbano, e que as Câmaras Municipais conforme o fixado na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mencionado diploma legal, dispõem de competências próprias quanto à criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de distribuição de bens e de recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal; -----

-----Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas; -----

-----Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, cabe à Câmara Municipal discutir e preparar com as Juntas de Freguesia, os contratos de delegação de competências; -----

-----A presente despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 01 02 0805010201 no projeto 04 420 2011/19 6 das Grandes Opções do Plano, -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----**PROPONHO**, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato interadministrativo, a celebrar com a Freguesia de Meca, no valor de 26.809,00 € (vinte seis mil oitocentos e nove euros), para fechar a cobertura do pavilhão da EB1 de Canados, conforme minuta anexa.”-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** observou o facto de o IVA dos orçamentos apresentados ter sido calculado a 23%, quando deveria ter sido a 6 %, do que resultará alteração do valor do contrato.-----

-----O **Presidente** disse que, relativamente a este ponto e ao ponto anterior da Ordem do Dia irá analisar e corrigir os valores. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Mais deliberou a Câmara, nos termos da alínea m) do número 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, solicitar a competente autorização da Assembleia Municipal, conforme consignado na alínea k) do n.º. 1 do artigo 25º. do citado diploma legal.-----

-----Um exemplar da minuta do contrato interadministrativo a celebrar, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5º. do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto.-----

-----**7. – Celebração de Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Meca:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 03 de junho corrente, foi presente a proposta número 6958 - P/2019, que se transcreve:-----

-----“**Considerando:**-----

-----O pedido formulado pela Junta de Freguesia de Meca, registado sob o número 6958, em 21 de maio último, **e que:**-----

-----Os contratos interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à administração pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;-----

-----A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do

interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----No atual contexto de escassez de recursos é importante rentabilizar os meios disponíveis num pressuposto de cooperação, solidariedade e coresponsabilização, mas, sobretudo, a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias são confrontadas; -----

-----Os Municípios, por força do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dispõem de atribuições no domínio do equipamento urbano, e que as Câmaras Municipais conforme o fixado na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mencionado diploma legal, dispõem de competências próprias quanto à criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de distribuição de bens e de recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal; -----

-----Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas; -----

-----Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, cabe à Câmara Municipal discutir e preparar com as Juntas de Freguesia, os contratos de delegação de competências; -----

-----A presente despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 01 02 0805010201, no projeto 04 420 2011/19 6 das Grandes Opções do Plano, -----

-----**PROPONHO**, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato interadministrativo, a celebrar com a Freguesia de Meca, no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros), para a requalificação da estrada entre a Rua da Cruz, em Bogarréus, e os Casais Pedreira do Lima e a construção de uma muralha na Rua Principal, em Canados, conforme minuta anexa." -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** observou o facto de o IVA dos orçamentos apresentados terem sido calculado a 23%, quando deveria ter sido a 6 %, do que resultará alteração ao valor do contrato.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----O **Presidente** disse que, relativamente a este ponto, o valor do contrato resulta de um acordo prévio com as Juntas de Freguesia, independentemente do valor das obras que pretendem realizar. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Mais deliberou a Câmara, nos termos da alínea m) do número 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, solicitar a competente autorização da Assembleia Municipal, conforme consignado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º. do citado diploma legal.-----

-----Um exemplar da minuta do contrato interadministrativo a celebrar, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5º. do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto. -----

-----**8. – Pagamento de Custos por Responsabilidade Civil** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 04 de junho em curso, foi presente a proposta número 3720 - P/2019, que se transcreve: -----

-----"CONSIDERANDO:-----

-----A informação do Diretor do Departamento Operativo, Joaquim Pereira, registada sob o n.º 3720, em 15 de abril transato; -----

-----A reclamação apresentada por Luís Belmiro Delgado Félix, residente na Travessa João Pedro da Graça, nº 3, na localidade de Casais da Marmeleira, acerca da impossibilidade de acesso à sua garagem devido à pavimentação da via pública, em que, parte do portão de acesso à sua propriedade, ficou submerso na pavimentação efetuada pelos serviços desta Câmara Municipal; -----

-----Que o lesado apresentou uma reclamação, a qual foi registada sob o n.º 1151, em 23/01/2019; -----

-----Que os serviços municipais confirmaram o sucedido com base em visita ao local; -----

-----Que a situação relatada remonta a um passado que se desconhece, nomeadamente as circunstâncias em que ocorreu, mas na realidade regista-se a impossibilidade do munícipe utilizar a garagem, conforme fotos que se anexam; -----

-----Que foi solicitada, ao lesado, a apresentação de três orçamentos de custos para a retificação do portão, de forma a solucionar o acesso à referida moradia; -----

-----Que a situação não se enquadra nas condições da apólice de responsabilidade civil; --

-----**Considerando, ainda que:**-----

-----O artigo 225.º da Constituição da República Portuguesa, consagra o princípio geral da responsabilidade do Estado e das demais entidades públicas por danos causados no exercício das suas funções, o qual foi desenvolvido no regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, de acordo com a Lei nº 67/2007; -----

-----Nos termos da Lei n.º 2110, de 29 de agosto de 1961, as estradas e os caminhos municipais integram o domínio público do Município; -----

-----Nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal gerir as redes de circulação; -----

-----Dos documentos apresentados no processo se afigura ser claro existir nexo de causalidade entre a atuação do município e o dano em causa, pois que, a pavimentação efetuada foi causadora dos prejuízos reclamados;-----

-----O fundamento legal para a indemnização requerida, previsto no artigo 3.º da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, assenta na obrigação que impera sobre a administração de reparar os danos, ilicitamente, causados; -----

-----Consultada, em 15/04/2019, a GOP na classificação 05 0602030599, (*outras despesas correntes diversas*), se verifica um saldo disponível de 10.358,76€ (dez mil trezentos e cinquenta e oito euros e setenta e seis cêntimos), -----

-----**PROPONHO** que o Executivo autorize o pagamento, ao lesado, da quantia de 3.554,70€ (três mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos) já com IVA incluído, correspondente ao valor mais baixo dos orçamentos apresentados, para retificação do portão, de forma a permitir o acesso à respetiva garagem.” -----

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----**9. – Campo de Futebol Pinto Barreiros – Carregado – Minuta de Escritura Corrigida:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 03 do corrente mês de junho, foi presente a proposta número 5360 - P/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação n.º 54, prestada pela advogada, Ana Isabel Dias, registada sob o número 5360, em 03 de junho em curso e **QUE:** -----

-----Na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária do dia 28 de abril de 2018, que **autorizou a aquisição do imóvel** identificado pelo artigo matricial urbano n.º 1414, da União de Freguesias de Carregado e Cadafais,



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

anterior artigo n.º 971, da freguesia do Carregado, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alenquer sob o número **mil e trinta e cinco**, da Freguesia do Carregado, sito na Rua António Correia Baharem e na Rua Dr. Rodrigo César Pereira, no Carregado, **livre de ónus ou encargos**, pelo valor total de € 1.000.000,00 (**um milhão de euros**), foi a respetiva aquisição submetida a **VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS**, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 46.º, em conjugação com o disposto no artigo 48.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei da Organização do Tribunal de Contas); -----

-----Na sequência da submissão a **VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS** veio o mesmo a questionar, relativamente ao usufruto que recai sobre o prédio a adquirir, a razão de o município suportar os custos com a extinção do mesmo; -----

-----Na sequência do mencionado no parágrafo anterior e a fim de ultrapassar a questão, o município encetou diligências junto da usufrutuária, culminando as mesmas com a renúncia ao usufruto por parte da usufrutuária, **Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves**; ----

-----Na sequência do mencionado no parágrafo anterior, foi a minuta da escritura retificada passando a constar da mesma, que a terceira outorgante, Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, usufrutuária, renuncia ao referido direito de usufruto, sem qualquer contrapartida; -----

-----Acontece, porém, que a usufrutuária, MARIA DOS ANJOS FERREIRA GONÇALVES que também usava e era conhecida por MARIA DOS ANJOS FERREIRA GONÇALVES COIMBRA BARBOSA, entretanto, faleceu na pendência do processo, conforme assento de óbito número 34, do ano 2019, da Conservatória do Registo Civil da Golegã; -----

-----Desta forma, o cancelamento do usufruto se encontra assegurado pelo seu falecimento, o que exige uma nova retificação à minuta da escritura de compra e venda, - **PROPONHO** a aprovação pelo Órgão Executivo, da respetiva minuta devidamente, retificada." -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Um exemplar da minuta, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5º. do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto.-----

-----**10. – Anulação de Dívidas de Refeições Escolares:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 do corrente mês de junho, foi presente a proposta número 5446 - P/2019, que se transcreve:-----

-----“CONSIDERANDO: -----

-----A informação da Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa, Ana Paula Correia, registada sob o n.º. 5446, em 04 de junho corrente: -----

-----Que anteriormente à existência do “sistema geral de faturação” (SGF), implementado no ano de 2015, a emissão de faturas por parte do município era efetuada através da aplicação “obras por administração direta” (OAD) e, posteriormente, através da aplicação “sistema gestão de refeições” (SGR), para as faturas referentes a refeições escolares;-----

-----Que as aplicações OAD e SGR não se encontravam interligadas com a aplicação “sistema de contabilidade autárquica” (SCA), não sendo possível refletir a dívida das faturas emitidas, foi efetuado, em 31/12/2011, o lançamento n.º 280 na conta 21301107020910 de clientes e utentes no valor de €22.686,25, referente a dívidas de refeições escolares de 2009, 2010 e 2011; -----

-----Que a falta de interligação mencionada também não permite a atualização dos valores, atualmente, em dívida, de forma automática, mantém-se a 31/12/2018 uma dívida de €22.662,89, lançada na conta 21301107020910 de clientes e utentes, que já não corresponde aos valores reais;-----

-----Que a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que regula o regime geral das taxas das autarquias locais estabelece que as dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu, -----

-----**PROPONHO** a anulação do valor atual do lançamento efetuado em 31/12/2011, através dos procedimentos contabilísticos necessários para o efeito.” -----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** solicitou esclarecimentos sobre as medidas adotadas desde 2011, até à presente data.-----

-----O **Vice-Presidente** explicou que o princípio é manter as refeições aos alunos e que foi criado um mecanismo de organização de planos de pagamentos para coresponsabilizar as famílias ao pagamento, reduzindo, assim, a dívida para menos de metade. -----

-----Como já se esgotaram todos os meios e há que respeitar quem honra os seus compromissos está a avançar-se para execuções fiscais. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----11. – **Anulação de Apoios Financeiros – Grupo de Dança Popular “Os Bons Amigos” de Penafirme da Ventosa:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 do corrente mês de junho, foi presente a proposta número 5140 - P/2019, que se transcreve:

-----“CONSIDERANDO:-----

-----A informação da Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa, Ana Paula Correia, registada sob o n.º 5140, em 27 de maio findo **e que:**-----

-----Foram atribuídos os seguintes apoios financeiros à Associação Grupo de Dança Popular “Os Bons Amigos” de Penafirme da Ventosa:-----

-----reunião ordinária de 11/03/2013, ponto 14 – 146,40€-----

-----reunião ordinária de 10/02/2014, ponto 6 – 146,40€-----

-----reunião ordinária de 14/07/2014, ponto 10 – 585,63€;-----

-----Na sequência da aprovação destes apoios foram desencadeados os procedimentos necessários para que fosse facultada a declaração de não dívida da Autoridade Tributária, para efeitos de verificação da situação tributária e contributiva, em conformidade com o artigo n.º 31-A do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, aplicável por força do Orçamento do Estado, cuja verificação é obrigatória e prévia aos pagamentos; -----

-----Após nova insistência por parte da Divisão Orçamental e Administrativa, via ofício n.º 8221, de 28 de novembro último, veio a associação informar que se encontra com atividade suspensa e que declina os apoios financeiros atribuídos pelo município,-----

-----**PROPONHO**, a anulação dos apoios financeiros atribuídos ao Grupo de Dança Popular “Os Bons Amigos” de Penafirme da Ventosa, através das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias de 11 de março de 2013 (ponto 14 da Ordem do Dia), 10 de fevereiro de 2014 (ponto 6 da Ordem do Dia) e 14 de julho de 2014 (ponto 10 da Ordem do Dia). -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----12. – **Plano de Transporte Escolar – Ano Letivo 2019/2020:** - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 5294 - VP/2019, que a seguir se transcreve:-----

-----“CONSIDERANDO:-----

-----A informação n.º 120, da técnica Superior, Susana Lopes, em serviço na Unidade Técnica do Potencial Humano, registada sob o número 5294, em 31 de maio findo **e que:**

-----Nos termos da alínea f) do n.º 4, do artigo 42.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer (ROMA), compete à UTPH, na área da educação, organizar e gerir o funcionamento dos transportes escolares;-----

-----O normativo legal que enquadra a organização e funcionamento dos transportes escolares é o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;-----

-----Para o ano letivo 2019/2020, se prevê transportar 1914 alunos, distribuídos por 48 circuitos, conforme documentação anexa e que são os seguintes;-----

-----**30 Circuitos assegurados pelo Transporte Público Alugado**, no qual o procedimento a adotar será a requisição mensal de passes de estudante correspondente aos alunos enumerados nos circuitos n.ºs 1 a 30 do PTE, residentes a mais de 3 quilómetros dos respetivos estabelecimentos de ensino: Escola Básica 2,3 Pêro de Alenquer, Escola Básica do 1.º Ciclo de Alenquer, Centro Escolar de Alenquer, Escola Básica 2,3 da Merceana, Escola Básica Integrada de Abrigada, Escola Básica Integrada do Carregado, Centro Escolar do Carregado (JI e 1.º CEB), Secundária Damião de Goes e alunos a frequentar cursos profissionais inexistentes nos estabelecimentos de ensino do concelho de Alenquer; -----

-----De salientar que o circuito n.º 30 é referente a um transporte alugado para os alunos do 1.º CEB e JI da Merceana que, por motivo de requalificação do estabelecimento de ensino terão que ser transportados para o Centro Escolar de Vila Verde dos Francos;-----

-----**10 Circuitos assegurados pelas Juntas/União de Freguesia**, através da figura jurídica de contratos interadministrativos. A delegação de competências para o estabelecimento de “contratos interadministrativos” está prevista no artigo 120.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que, no que respeita à delegação de competências dos municípios nas freguesias, regem os artigos 131.º a 136.º da mencionada Lei; -----

-----**3 Circuitos assegurados por veículos alugados** que transportam os alunos do 1.º Ciclo e JI residentes na área da União de Freguesias de Abrigada e Cabanas de Torres, da União de Freguesias de Alenquer e União de Freguesias do Carregado e Cadafais;-----

-----**5 Circuitos assegurados por veículos municipais** que efetuam o transporte das crianças que residem em Alenquer (Vila Baixa), Cheganças, Camarnal, Casais Novos a frequentarem o Centro Escolar de Alenquer, alunos que frequentam o Centro de Apoio e Aprendizagem (CEA e V.V.F), EB 2,3 Visconde Chancelheiros e instituições de apoio a crianças e jovens portadores de deficiência; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----De acordo com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foi elaborada a proposta do Plano de Transporte Escolar (PTE) para o ano letivo 2019/2020, tendo na sua compilação sido equacionados os meios necessários ao bom e efetivo cumprimento dos preceitos legais; -----

-----Estão abrangidos no PTE todos os alunos do ensino básico que reúnam as condições contidas nas normas legais, definidas no artigo 20.º do Decreto-Lei atrás referido, alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, alunos que frequentem outros estabelecimentos de ensino fora do concelho, em áreas vocacionais inexistentes nos estabelecimentos da sua área de residência, ou em estabelecimentos mais próximos da sua residência; -----

-----Por razões de ordem conjuntural, o PTE poderá ser objeto de reajustamentos, de acordo com o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no início do ano letivo; -----

-----A respetiva despesa tem enquadramento legal na rubrica orçamental 04 020210, projetos 02212 2015/61, 02212 2015/6 2, 02 212 2015/6 3, 02 212 2015/6 4, -----

-----**PROPONHO** que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, conjugado com a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Plano de Transporte Escolar para o ano letivo de 2019/2020, que se anexa.” -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, **por unanimidade**, dar o seu acordo à proposta. ---

-----Um exemplar do Plano de Transportes Escolares, devidamente rubricado em todas as folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto. --

-----**13. – Preenchimento de 1 Posto de Trabalho do Mapa de Pessoal do Município de Alenquer, em Regime de Contrato em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, para a Carreira e Categoria de Técnico Superior na Área de Engenharia Civil – Reserva de Recrutamento:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 5428 - P/2019, que se transcreve: --

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação registada sob o número 5428, em 03 de junho corrente, prestada pela Técnica Superior, Vanessa Lobo da Cruz; -----

-----As orientações, verbais, do senhor presidente da câmara, relativas à necessidade de ocupação de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior da área de engenharia civil, em virtude do deferimento do pedido de licença sem vencimento de um técnico superior dessa mesma área, com efeitos a 1 de julho de 2019; -----

-----Que o posto de trabalho a ocupar se encontra previsto e vago no Mapa de Pessoal para 2019, não tendo sido devidamente **orçamentado o referido posto de trabalho** de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP); -----

-----Que no decurso do ano orçamental de 2019 se verifica a desocupação de um posto de trabalho no mapa de pessoal, em virtude do deferimento do pedido de licença sem vencimento de um técnico superior da mesma área, com efeitos a 1 de julho de 2019, as correspondentes verbas orçamentais podem acrescer ao montante previsto para os encargos com os novos recrutamentos, sendo que não existe verba suficiente para um técnico superior a tempo inteiro até final do ano corrente, uma vez que a mencionada técnica trabalhava em regime de meia jornada, havendo portanto, necessidade de reforçar as respetivas rubricas orçamentais no montante total de 3.160,95€; -----

-----Que o recrutamento é decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da LGTFP e precedido de aprovação do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, em vigor por força dos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º da mencionada Lei n.º 35/2014; -----

-----Que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, se encontra constituída uma reserva de recrutamento precedida pela homologação da lista unitária de ordenação final, datada 27 de abril de 2018, referente a procedimento concursal comum, para a ocupação de 2 postos de trabalho, para a carreira e categoria de técnico superior, área de engenharia civil, aberto por aviso n.º 6760/2017, publicado em diário da república 2.ª série, n.º 115, de 16 de junho de 2017; -----

-----Que de acordo com o n.º 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a reserva de recrutamento é utilizada sempre que, no prazo máximo de 18 meses, contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, -----



[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----**PROPONHO**, que seja autorizado o preenchimento de mais um lugar na carreira e categoria de técnico superior da área de engenharia civil. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**14. – Preenchimento de 1 Posto de Trabalho do Mapa de Pessoal do Município de Alenquer, em Regime de Contrato em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, para a Carreira e Categoria de Técnico Superior – Área de Biologia: -**

Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 4411 - P/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação registada sob o número 4411, em 08 de maio findo, prestada pela Técnica Superior, Vanessa Lobo, em serviço na Divisão de Contratação, segundo as orientações do Senhor Presidente da Câmara, bem como a informação do Diretor do Departamento Operativo, registada sob o número 1323, de 05/02/2019, relativa à necessidade de se proceder ao preenchimento de vários postos de trabalho do mapa de pessoal do Município, nomeadamente 1 posto para a carreira e categoria de técnico superior da área de biologia; -----

-----Que o posto de trabalho a ocupar se encontra previsto e vago no Mapa de Pessoal para 2019, sendo suficiente a verba dotada na posição atual do orçamento da despesa para o ano de 2019, para proceder ao recrutamento em causa; -----

-----Que o recrutamento é decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da LGTFP e precedido de aprovação do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, em vigor por força dos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º da mencionada Lei n.º 35/2014; -----

-----Considerando ainda, que existe uma prestação de serviços a decorrer; que se pretende acabar com a precaridade; o facto de a despesa já estar assegurada e que o posto de trabalho será, em parte, subsidiado pela administração central, -----

-----**PROPONHO**, que sejam promovidos os trâmites necessários para a abertura do procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho do mapa de pessoal do Município de Alenquer, em regime de contrato em funções públicas, por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior – Área de Biologia.” -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----15. – **Minuta de Contratos Interadministrativos a Celebrar no Âmbito dos Transportes Escolares:** - Subscrita pelo senhor Presidente em 05 de junho em curso, foi presente a proposta número 5320-P/2019, que se transcreve: -----

-----“Considerando:-----

-----A informação nº. 121, da Técnica Superior, Susana Lopes, em serviço na Unidade Técnica do Potencial Humano, registada sob o n.º 5320, em 03 de junho em curso e **que:**

-----Segundo a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, estando a delegação nas juntas de freguesia consignada nos seus artigos 131.º a 136.º; -

-----De acordo com o parecer constante da informação do Gabinete Jurídico, registada sob o n.º 9397/14 de 26.11.2014: *“a concreta competência submetida a análise é, salvo melhor opinião, delegável na Junta de Freguesia, desde que cumpridos os demais requisitos legais; é da competência da Assembleia a aprovação da delegação de competências, sob proposta da Câmara Municipal.”*;-----

-----Segundo o artigo 131.º da referida Lei, *“Os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais”*; -----

-----O município não tem meios técnicos, logísticos, nem recursos humanos para assegurar todos os transportes dos alunos do 1.º ciclo e ensino pré-escolar da rede pública;-----

-----As juntas de freguesia possuem os meios técnicos, logísticos, e os recursos humanos necessários para a efetivação desta competência, resultando numa maior eficiência na execução do serviço, no sentido de garantir os meios necessários para os efeitos; -----

-----A proximidade das juntas de freguesia quer à residência dos alunos quer às escolas envolvidas traduz-se na continuidade da eficácia do serviço público prestado às comunidades locais;-----

-----O município de Alenquer tem procedido à delegação de competências garantindo a salvaguarda dos interesses das populações;-----

-----As Juntas de Freguesia foram informadas acerca do valor a pagar por quilómetro - 0,55€;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----O cálculo da despesa foi elaborado com base nos valores do ano letivo 2018/2019, uma vez que os transportes escolares objeto da transferência de competência já são assegurados pelas juntas de freguesia, através de contrato interadministrativo; -----

-----Os circuitos a realizar pelas juntas de freguesia se encontram previstos no plano de transportes escolares, a aprovar na reunião do executivo municipal; -----

-----Nos termos legais, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a proposta de celebração de contrato de delegação de competências à Assembleia Municipal, sendo da competência desta a aprovação da proposta conforme disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013; -----

-----A exemplo do ano transato e de acordo com o Anexo A da Minuta do Contrato, que será atualizado, após o início do ano letivo, os contratos irão definir as competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização das situações específicas que ocorrem em cada freguesia, nomeadamente o número de circuitos a realizar; o número de circuitos a realizar, o número de alunos a transportar e o número de quilómetros percorridos; -----

-----O encargo se encontra previsto nas respetivas rubricas orçamentais 02 212 2015/6 1; 02 212 2015/6 2; 02 212 2015/6 3, no ano de 2019, -----

-----**PROPONHO** que, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do contrato interadministrativo, a celebrar com as juntas de freguesia do município, no âmbito dos transportes escolares, que se anexa.” -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----Um exemplar da minuta do contrato interadministrativo, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto. -----

-----**16. – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Parecer:** - Ofício número 183/2017-2021, de 25 de fevereiro transato, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que na sua sessão realizada no dia 22 de fevereiro do ano em curso, foi emitido parecer sobre o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, em conformidade com o número 3 do artigo 6.º da Lei número 33/98, de 18 de julho. -----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento**. -----

-----17. – **Conselho Municipal de Educação do Concelho de Alenquer –**

Constituição de Órgão: - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 5344 - VP/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação número 122, prestada pela Técnica Superior, Margarida Mendonça, em serviço na Unidade Técnica do Potencial Humano, registada sob o número 5344, em 3 de junho corrente **e que:**-----

-----No âmbito do assunto em epígrafe e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 janeiro, que preconiza o novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação, nomeadamente o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação (artigo 55.º e seguintes) e com a revogação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, importa proceder à constituição de um novo órgão, de acordo com a composição atualmente prevista na Lei;-----

-----Assim, para que sejam desencadeados os procedimentos necessários à nomeação do órgão, por deliberação da assembleia municipal, conforme previsto no artigo 58.º do mencionado Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, -----

-----**PROPONHO**, que seja aprovada a constituição do referido órgão, pelas entidades e representantes a seguir indicados:-----

-----O Presidente da Câmara Municipal; -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal; -----

-----O Vereador responsável pela Educação;-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho; -----

-----O representante do departamento governamental responsável pela área da educação; -----

-----O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva; -----

-----Os diretores dos agrupamentos de escolas da área do município; -----

-----Um representante do pessoal docente do ensino secundário público; -----

-----Um representante do pessoal docente do ensino básico público; -----

-----Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;-----

-----Um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico privados; ---

-----Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação; -----

-----Um representante das associações de estudantes; -----

-----Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação; -----

-----Um representante dos serviços públicos de saúde; -----

-----Um representante dos serviços de segurança social; -----

-----Um representante dos serviços de emprego e formação profissional; -----

-----Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto; -----

-----Um representante das forças de segurança; -----

-----Um representante do conselho municipal de juventude de Alenquer; -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro**, por considerar tratar-se de um conselho tão alargado e com funções importantes na discussão dos assuntos que, posteriormente, terão uma decisão política, opinou que os representantes dos partidos eleitos nos órgãos municipais, deveriam integrar o mesmo, embora não seja contra esta composição. -----

-----O Presidente deu a palavra ao **Vice-Presidente**, com funções atribuídas nesta área, o qual explicou que a legislação prevê a sua constituição desta forma. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** sublinhou que, no caso de Alenquer, pode não ser notória a diferença mas onde a representatividade política seja mais viva é uma forma errada de conduzir as coisas porque a política ainda tem muitas decisões a tomar e se se desvalorizar o seu papel nas questões da educação não se beneficia nada. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

Mais deliberou a Câmara, nos termos do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, remeter o assunto à Assembleia Municipal, para nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos propostos por esta Câmara Municipal. -----

-----**18. – Preenchimento de 2 Postos de Trabalho do Mapa de Pessoal do Município de Alenquer, em Regime de Contrato em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, para a Carreira e Categoria de Assistente Operacional na Área de Educação – Reserva de Recrutamento:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 5394 - P/2019, que se transcreve: -----

-----**“CONSIDERANDO:** -----

-----A informação registada sob o número 5394, em 04 de junho corrente, prestada pela Técnica Superior, da Divisão de Contratação, Vanessa Lobo da Cruz, na sequência da

informação registada sob o número 4848, em 20 de maio findo, relativa à necessidade de ocupação de 2 postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional da área de educação, em virtude do deferimento dos pedidos de aposentação de dois Assistentes Operacionais do Agrupamento de Escolas Damião de Goes, com efeitos a 1 de fevereiro de 2019 e a 1 de junho, respetivamente **e que:** -----

-----Os postos de trabalho a ocupar se encontram previstos e vagos no Mapa de Pessoal para 2019, tendo sido os mesmos devidamente orçamentados para 12 meses, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP); -----

-----O recrutamento é decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da LGTFP e precedido de aprovação do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, em vigor por força dos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º da mencionada Lei n.º 35/2014; -----

-----De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, se encontra constituída uma reserva de recrutamento precedida pela homologação da lista unitária de ordenação final, datada 4 de maio de 2018, referente a procedimento concursal comum, para a ocupação de 2 postos de trabalho, para a carreira e categoria, assistente operacional, área de educação, aberto por aviso n.º 6760/2017, publicado em diário da república 2.ª série, n.º 115, de 16 de junho de 2017; -----

-----Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a reserva de recrutamento é utilizada sempre que, no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, -----

-----**PROPONHO**, que sejam promovidos os trâmites necessários ao preenchimento dos 2 postos de trabalho do mapa de pessoal do Município de Alenquer, em regime de contrato em funções públicas, por tempo indeterminado, para 2 lugares da carreira e categoria de assistente operacional, na área da educação". -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----**19. – Atribuição de Apoio Financeiro à Cerci Flor da Vida:** - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 05 de junho em curso, foi presente a proposta número 5345 - VP/2019, que se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação registada sob o número 5345, em 03 de junho em curso, da Chefe da Divisão do Potencial Humano e Local, Tânia Esteves e que:-----

-----Através do registo n.º 1220, de 25 de janeiro de 2019, a Cerci Flor da Vida (CERCI), solicitou à autarquia um apoio financeiro para fazer face à sua situação financeira atual;---

-----Compete à DPHL cooperar, estimular e apoiar outras instituições no âmbito da educação, ação social e saúde, conforme disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 41.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer;-----

-----Compete à UTPH/Ação Social e Saúde apoiar o funcionamento de instituições de apoio a grupos em situação de fragilidade social, conforme disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 42.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer;-----

-----A instituição em causa apoia, atualmente, 176 utentes do concelho de Alenquer, sendo o nosso concelho o que tem o maior número de utentes/alunos/formandos apoiados;-----

-----A CERCI presta ainda apoio a 101 crianças do nosso concelho, ao nível da Intervenção Precoce;-----

-----Ao longo dos anos, esta instituição tem respondido às necessidades da população local no âmbito da deficiência participando, ativamente, na Rede Social, rede na qual se constitui como entidade parceira sobretudo ao nível do grupo de trabalho da Deficiência, dando um importante contributo para a promoção do desenvolvimento social concelhio, nomeadamente promovendo várias iniciativas com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência do concelho;-----

-----A instituição tem uma valência de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), sediada no concelho, na freguesia de Olhalvo, a qual apresenta um défice financeiro anual de cerca de 20.561,26€;-----

-----A atual situação financeira da instituição, bem como a sua incapacidade em dar resposta aos compromissos que tem, quer com fornecedores, quer com os utentes, poderá obrigar ao encerramento de alguma resposta social, situação que prejudicaria, gravemente, os utentes do nosso concelho;-----

-----As atribuições do Município nas áreas da ação social e da educação, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugadas com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da supracitada Lei;-----

-----O enquadramento orçamental previsto na rubrica 04 04070108,-----

-----**PROPONHO** a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 10 000,00€ (dez mil euros), à CERCI - Flor da Vida de Azambuja, com vista a minimizar as dificuldades financeiras apresentadas pela sua direção, às quais o Município não poderá ficar indiferente.” -----

-----O **Presidente** disse que a Cerci Flor da Vida, que integra o CAO de Olhalvo, solicitou um apoio financeiro para minimizar as atuais dificuldades financeiras. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro**, lembrando o apoio concedido à Cruz Vermelha – secção de Alenquer, disse que se constata que existem instituições que prestam serviço social no concelho que não estão a conseguir equilibrar as contas e que recorrem à Câmara para tal. No caso da Cruz Vermelha concluiu-se que teria de existir um acordo mais duradouro, equacionando se esta não será uma situação idêntica e, como serve vários municípios, se não seria de haver um entendimento entre esses municípios para concessão de um apoio regular. Procurou saber o critério usado, porque só conhece o valor a atribuir e não conhece as contas.-----

-----A vereadora **Rosália Batista** procurou saber qual a parte do valor concedido que será aplicada no CAO de Olhalvo. -----

-----O **Presidente** explicou que se trata de um apoio pontual para minimizar o impacto das contas, o qual também se refletirá no CAO de Olhalvo.-----

-----A pedido do Presidente o **Vice-Presidente** disse que a Cerci não está sediada neste concelho, ainda que tenha uma atividade importante e significativa no mesmo. Por força de um grande investimento a sede reunia as melhores condições para um acompanhamento de grande qualidade aos utentes em regime de residência diária, de centro ocupacional e de centro de formação. Quando perspetivou esse investimento teve apoios, mas que obrigavam a instituição também, parcialmente, a encontrar um modelo económico de gestão do equipamento. Por um cálculo errado, ou por não ter conseguido esse modelo de gestão equilibrado, tinha uma dívida de cerca de 250 mil euros e estava na eminência de encerrar.-----

-----Reuniu com as três câmaras municipais (Azambuja, Alenquer e Vila Franca de Xira), solicitou ajuda e contratou um economista para fazer uma gestão real dos equipamentos todos. No segundo semestre de 2018, tomou medidas vastas para reduzir os custos mensais para o exercício das suas funções, algumas dramáticas. -----

-----A Câmara Municipal de Azambuja já se tinha disponibilizado para colaborar no processo e foi dito que se o caminho de reorganização da instituição fosse o correto e



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

não colocasse em causa a continuidade do CAO de Olhalvo, esta Câmara Municipal estaria disponível para colaborar. Confirmando que os recursos à disposição do CAO de Olhalvo se mantêm, praticamente inalterados e o passivo de 2018, já se encontra abaixo dos 50%, estão reunidas as condições para concessão do apoio pontual, e não regular, até porque com o exercício, entretanto, feitas todas as áreas são sustentáveis.-----

-----Houve o compromisso de continuar a acompanhar esta situação, na certeza de que o contributo é para a Cerci e não, particularmente, para o CAO de Olhalvo. Existe a preocupação dos munícipes que frequentam esta valência e que, sem esta instituição, teria de encontrar uma resposta que, certamente, implicaria mais custos para o município. -----

-----A vereadora **Rosália Batista** questionou se a Cerci paga renda pelo espaço do CAO, tendo o **Vice-Presidente** prestado os devidos esclarecimentos. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**20. – Projeto de Regulamento de Gestão do Monumento Natural do Canhão**

Cársico de Ota: - Subscrita pelo senhor Vereador Paulo Franco, em 05 de junho em curso, foi presente a proposta número 5440 - VP/2019, que se transcreve: -----

-----**"CONSIDERANDO:** -----

-----A informação prestada pelo Técnico Superior, Paulo Marques, da Divisão de Ambiente e Conservação da Natureza, registada sob o número 5440, em 04 do corrente mês de junho, e **que:**-----

-----Em cumprimento do disposto no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, foi o projeto de regulamento acima mencionado, submetido a consulta pública, tendo os interessados apresentado sugestões que deram origem a alterações ao documento inicial, as quais a seguir se transcrevem, pelo que **PROPONHO** a sua aprovação, para os efeitos consignados na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

Artigo 1.º

Criação

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua versão atual dada pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, é criado o Monumento Natural Local do Canhão Cársico de Ota, adiante designado por "Monumento Natural Local".

Artigo 4.º

Gestão do Monumento Natural

1.
2. A Câmara Municipal de Alenquer contemplará nas Grandes Opções do Plano, a definir anualmente, a afetação dos recursos financeiros, humanos e materiais necessários à prossecução dos objetivos da área protegida, de acordo com as responsabilidades assumidas no programa de execução a elaborar, conforme disposto no artigo 23.º do Decreto Lei n.º 142/2008, 24 de julho, na sua redação atual.

Artigo 5.º

Órgãos

1. A gestão do monumento natural local dispõe dos seguintes órgãos:.....
 - a).....
 - b).....

Artigo 6.º

Comissão Diretiva

1.
2.
3. Um dos vogais é designado pela Comissão de Compartes da Freguesia de Ota, o qual substitui o presidente da comissão diretiva nas suas faltas e impedimentos, sendo o outro vogal eleito entre os membros do Conselho Consultivo.
4.
5.
6.
7. A Comissão Diretiva reúne nas instalações da Junta de Freguesia de Ota ou no Edifício dos Paços do Concelho de Alenquer.

Artigo 7.º

Competências da Comissão Diretiva

1.
2.
3.
4.
5.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

6.
- a)
- b)
- c)
- d) Autorizar ou dar parecer sobre atos ou atividades condicionadas no Monumento Natural Local, em conformidade com o disposto no presente regulamento;
- e) Executar as medidas administrativas de reposição previstas no artigo 26.º do presente regulamento;
- f)

Artigo 10.º

Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo é um órgão de natureza consultiva e é composto pelo presidente da Comissão Diretiva e por um representante de cada uma das seguintes entidades:
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) (Revogada)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)
- m)
- n)
- o)

2.

Artigo 11.º

Competências do Conselho Consultivo

1. Compete ao Conselho Consultivo, em geral, a apreciação das atividades desenvolvidas no Monumento Natural Local, em especial:
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
 - f) Dar parecer, não vinculativo, sobre qualquer assunto com interesse para o Monumento Natural Local.

Artigo 12.º

Atos e atividades interditas

1. Dentro dos limites do Monumento Natural Local, sem prejuízo dos demais condicionalismos e enquadramentos legais específicos, são interditos os seguintes atos e atividades:
 - a) A colheita, captura, apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos ou parte de indivíduos de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção e com categoria de ameaça atribuída, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos ou a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats, com exceção das ações levadas a efeito pelo Monumento Natural Local e das ações de âmbito científico devidamente autorizadas pela Comissão Diretiva;
 - b)
 - c)
 - d) A mobilização do solo que implique o seu reviramento com a afetação do substrato rochoso, sem prejuízo dos trabalhos de prospeção arqueológicos autorizados pela autoridade competente;
 - e)
 - f)
 - g)
 - h)
 - i)
 - j)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

k)

l) Atividades de detetorismo.

Artigo 13.º

Atos e atividades condicionadas

1. Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a autorização prévia da Comissão Diretiva, os seguintes atos e atividades:

a)

b)

c)

d)

e)

f)

2. Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a parecer prévio da Comissão Diretiva, os seguintes atos e atividades:

a)

CAPÍTULO II

ÁREAS SUJEITAS A REGIME DE PROTEÇÃO

SECÇÃO I

Âmbito e tipologias

Artigo 15.º

Âmbito

1.

2.

3. No Monumento Natural Local encontram-se delimitadas duas zonas a que correspondem diferentes níveis de proteção:

a) A área do vale do canhão cársico de Ota, de maior valor e sensibilidade em termos de património natural e cultural e de biodiversidade e a que corresponde ao nível de proteção parcial;

b)

SECÇÃO II

Zonamento

SUBSECÇÃO I

Áreas de proteção parcial

DIVISÃO I

Áreas de proteção parcial

Artigo 17.º

Âmbito e objetivos

1. As áreas de proteção parcial correspondem a espaços que contêm valores naturais, culturais e paisagísticos, cujo significado e importância, do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade, assumem-se no seu conjunto como relevantes, ou tratando-se de valores excecionais, apresentam uma sensibilidade ecológica elevada, nomeadamente, a vulnerabilidade à perturbação humana, ao pisoteio e à erosão, entre outros.
2. As áreas de proteção parcial englobam o vale encaixado, por onde corre o rio de Ota onde ocorrem escarpas e extensas cascalheiras, os vales adjacentes:
 - a)
 - b)
 - c) As grutas e cavidades rochosas existentes na área e à respetiva fauna cavernícola
3. Anterior n.º 2

Artigo 18º

Disposições específicas

1.
2.
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
 - f)
 - g)
 - h) A prática de atividades desportivas e de lazer fora dos locais destinados a esse fim;
3.
 - a)



[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

- b) Atividades ambientais que promovam a manutenção e valorização de sistemas biofísicos fundamentais na estrutura ecológica municipal;
- c) A realização de passeios pedestres, devidamente autorizados pela Comissão Diretiva, utilizando os trilhos previamente definidos e limitados ao número máximo de 50 visitantes/dia;
- d) (Revogada)

Artigo 20.º

Disposições específicas

1.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do presente Regulamento, nestas áreas encontra-se ainda sujeito a autorização ou parecer vinculativo da Comissão Diretiva:
 - a)
 - b) As ações de corte raso em povoamentos de coníferas, em áreas superiores a um hectare, com exceção das situações, que visem implementar as ações de gestão de combustível, previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta de Alenquer;
 - c)
 - d) A prática de campismo ou caravanismo;
3. (Revogado)

Artigo 23.º

Contraordenações

1.
2. O regime de contraordenações rege-se pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, conjugada com a Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto;
3.

Artigo 23.º- A

Instrução

1. A instrução dos processos de contraordenação compete à Câmara Municipal, bem como a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias

Artigo 25.º

Processos de contraordenação, aplicação da coima e de sanções acessórias

1. Ao processo de contraordenação, aplicação de coimas e sanções acessórias aplica-se o disposto na Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto;

2.

Artigo 27.º

Receitas

1. Constituem receitas do Monumento Natural Local:

- a)
- b)
- c) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou qualquer outro título lhe sejam atribuídas, sem prejuízo das receitas da Comissão de Compartes as quais lhe são devidas;
- d)

2.

ANEXO I



**MONUMENTO NATURAL LOCAL
DO CANHÃO CÁRSICO DA OTA**

PLANTA DE SÍNTESE

- Limite da Área Protegida
- Área de Proteção Complementar
- Área de Proteção Parcial

“

-----A pedido do Presidente, o vereador **Paulo Franco** enumerou as duas sugestões, de maior relevância, apresentadas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----O vereador **Frederico Rogeiro** concordou com as alterações apresentadas, pois, à partida, quem já tem a gestão do espaço não deveria ser afastado dela. -----

-----Espera que o órgão seja constituído, tome posse e que haja recursos humanos para gerir o espaço e que a proteção da área se torne efetiva, na prática. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Um exemplar do projeto de regulamento em título, devidamente rubricado pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto.-----

-----**21. – Acordo de Colaboração a Celebrar com a Loja Imagina:** - Subscrita pelo senhor Vereador Paulo Franco, em 05 do mês em curso, foi presente a proposta número 5484-V/2019, que se transcreve:-----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação da Técnica Superior, Carla Pires, registada sob o número 5484, em 5 de junho corrente:-----

-----Que no quadro da implementação de uma estratégia de cooperação institucional com diferentes agentes económicos locais, assente num dos eixos definidos pelo atual executivo municipal, o da Responsabilidade Social Empresarial – Solidariedade em Alenquer, mediante o apoio a programas que visam a promoção e o enaltecimento de ações, a adoção de posturas e comportamentos e a congregação de vontades e sinergias a favor de uma maior sustentabilidade económica, cujo fim maior é ir ao encontro dos interesses e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, reduzindo as assimetrias sociais e culturais;-----

-----Que se verifica a manifesta intenção, por parte do agente comercial local, da loja IMAGINA, em estabelecer uma parceria com a câmara municipal, para a realização de uma atividade, a 3.ª Concentração de Papagaios, no próximo dia 16 de junho, às 16h, com vista à angariação de fundos para a Associação Rising Child;-----

-----A importância de apoiar agentes do comércio tradicional local que comunguem da visão de congregação de sinergias e vontades com vista a um objetivo comum;-----

-----A necessidade de apoio do proponente em apreço se traduzir ao nível da utilização de parte do espaço público do Parque Urbano da Romeira, no dia da realização da atividade; da disponibilização de ecopontos junto do local da atividade; da autorização

para passagem de música ambiente no decurso da atividade; da impressão de cartazes para a divulgação da atividade; -----

-----**Considerando ainda:**-----

-----O enquadramento legal necessário estabelecido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no quadro de atribuições aos Municípios, definidas no n.º 2 do artigo 23.º; das competências materiais da Câmara Municipal e nas alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º; bem como o enquadramento orçamental previsto na - GOP 03 350 2016/11 4 – Apoio a projetos de Responsabilidade Social – Solidariedade em Alenquer e na rubrica 0102 0602030533; -----

-----Se encontrarem reunidas as condições essenciais para o reconhecimento do interesse -manifestado, -----

-----**PROPONHO** a aprovação da minuta do Acordo de Colaboração que se anexa.”-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----Um exemplar da minuta do protocolo, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto.--

-----**22. – Preenchimento de 1 Posto de Trabalho do Mapa de Pessoal do Município de Alenquer, em Regime de Contrato em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, para a Carreira e Categoria de Técnico Superior na Área de Técnico Superior – Área de Arquitetura:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho

corrente, foi presente a proposta número 4414 - P/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação registada sob o número 4414, em 08 de maio findo, prestada pela Técnica Superior, Vanessa Lobo, em serviço na Divisão de Contratação, segundo as orientações do Senhor Presidente da Câmara, bem como a informação do Diretor do Departamento Operativo, registada sob o número 1323, de 05/02/2019, relativa à necessidade de se proceder ao preenchimento de vários postos de trabalho do mapa de pessoal do Município, nomeadamente 1 posto para a carreira e categoria de técnico superior da área de arquitetura;-----

-----Que o posto de trabalho a ocupar se encontra previsto e vago no Mapa de Pessoal para 2019, sendo suficiente a verba dotada na posição atual do orçamento da despesa para o ano de 2019, para proceder ao recrutamento em causa; -----



Fl. 26

11-06-2019

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Que o recrutamento é decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da LGTFP e precedido de aprovação do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, em vigor por força dos n.ºs 2 e 3 do artigo 42.º da mencionada Lei n.º 35/2014;-----

-----Considerando ainda, que existe uma prestação de serviços a decorrer; que se pretende acabar com a precaridade; o facto de a despesa já estar assegurada e os recursos humanos, nesta área, na divisão não estão a cem por cento, em termos de tempo,-----

-----**PROPONHO**, que sejam promovidos os trâmites necessários para a abertura do procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho do mapa de pessoal do Município de Alenquer, em regime de contrato em funções públicas, por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior – Área de Arquitetura.” -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----**23. – 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2019:** -

Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 5496-P/2019, que se transcreve:-----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação prestada pela Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa, Ana Paula Correia, em 04 de junho corrente, registada sob o número 5496 e **que:**-----

-----De acordo com o ponto 8.3 do POCAL, referente ao processo orçamental e respetiva execução, foi elaborada a presente revisão orçamental, no sentido de integrar novos projetos nas Grandes Opções do Plano, sendo alguns decorrentes da necessidade de o adaptar à Lei-Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. Com a atual revisão ao orçamento proceder-se-á, igualmente ao aumento da despesa necessária à reposição do equilíbrio orçamental no valor de € 60.000, verificado na anterior revisão, -----

-----**PROPONHO**, a aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e às GOP’S de 2019.” -----

-----O **Presidente** prestou alguns esclarecimentos adicionais à proposta. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** referiu que existe uma despesa de 40.000 euros em encargos de cobrança de receitas e outra de 20.000 euros em reforço da manutenção da

rede viária e pequenas verbas para abrir novos capítulos, mas não dispõe de informação sobre a proveniência dos 60.000 euros. -----

-----O **Presidente** explicou que, para além de redistribuir por estas duas grandes rubricas, aproveitou para abrir novas rubricas no orçamento por via dos 60.000 euros.-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro**, questionou qual o motivo da subida acentuada dos encargos de cobrança de receitas e qual a previsão. -----

-----O **Presidente** explicou que é uma estimativa e que é à custa desta rubrica, que reforçam outras, quando faz uma alteração ao orçamento, desconhecendo, até ao final do ano, qual o verdadeiro encargo. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta.-----

-----Mais deliberou a Câmara, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea a) do número 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, propor à aprovação da Assembleia Municipal, estes documentos. -----

-----Um exemplar dos documentos em análise, devidamente rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5º. do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto.--

-----**24. – Atribuição de Apoio Financeiro ao Rancho Folclórico do Carregado:** -

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 05 de junho corrente, foi presente a proposta número 5475-P/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação, registada sob o n.º 5475, em 05 de junho corrente, da Assistente Técnica Sofia Penas, em serviço na Unidade Técnica do Potencial Local; -----

Que o Rancho Folclórico do Carregado solicita, através do pedido registado sob o número 7650, em 04 do mês em curso, um apoio financeiro para ajudar nas despesas inerentes à colocação de um novo pavimento na sua sede.-----

-----Que o referido rancho tem tido um papel importante no desenvolvimento cultural da freguesia onde se insere; promove e divulga a etnografia e a música tradicional junto das gerações mais novas e é um espaço lúdico e de convívio utilizado, frequentemente, pela população local;-----

-----A necessidade de manter espaços e equipamentos, tendo em vista a continuidade da sua atividade regular;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Que tem colaborado com o município na organização de diversas iniciativas e é uma organização legalmente constituída; -----

-----**CONSIDERANDO AINDA**, o enquadramento legal necessário, no que concerne ao apoio a prestar por parte da autarquia a atividades inseridas na área em apreço, nomeadamente alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e a alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda, a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento Municipal de Apoio às Coletividades e ao Associativismo; -----

-----Que as verbas correspondentes à previsão de despesa se encontram inscritas na rubrica orçamental 04 04070108, Projeto 02 252 2015/15 7 e salvaguardado o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e inserindo-se a atividade no âmbito de um apoio pontual, previsto no quadro do Regulamento supracitado, -----

-----**PROPONHO** a atribuição de um apoio pontual, de carácter financeiro, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), ao Rancho Folclórico do Carregado.” -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** disse não estar contra mas esta proposta e as do género seriam mais aplicáveis se fossem acompanhadas de uma descrição e de um orçamento das obras. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----**25. – Espaços Cidadão - Atribuição de Apoio Financeiro:** -Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho em curso, foi presente a proposta número 5464-P/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação registada sob o n.º 5464, em 05 de junho corrente, prestada pelo secretário da vereação, Cláudia Luís e **que:** -----

-----Os Espaços Cidadão se integram numa ótica de partilha de recursos, destinada prestação de diversos tipos de serviço de atendimento ao público, criando sinergias entre a Administração Central e Local no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes no concelho; -----

-----Os Espaços Cidadão apresentam indubitável interesse municipal pelos benefícios que podem trazer aos Municípios em termos de desburocratização e poupança de tempo útil, constituindo, por isso, uma forma de potenciar o desenvolvimento do concelho; -----

-----Para além disso, uma das dimensões fundamentais do projeto dos Espaços Cidadão é a da promoção da literacia digital da população, a qual é garantida através do modo

muito específico de atendimento – o atendimento digital assistido – com o qual se procura, de forma pedagógica, capacitar o cidadão a interagir digitalmente com a Administração Pública;-----

-----O Município de Alenquer e a AMA, I. P. celebraram, em 29/04/2015, um Protocolo de Colaboração tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços Cidadão e o seu respetivo funcionamento no Município de Alenquer;-----

-----São as freguesias quem mais e melhor conhece, localmente, o seu território, a sua população e as necessidades concretas destas últimas no acesso aos serviços públicos;-

-----Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, podem delegar competências nos órgãos daquelas; -----

-----Foi elaborado um contrato Interadministrativo, com efeitos a partir de 2019, entre o Município e as Freguesias;-----

-----As freguesias de Ventosa, Abrigada/Cabanas de Torres, Meca e Olhalvo já tinham o seu Espaço Cidadão em funcionamento antes do ano de 2019, houve necessidade de fazer face às despesas de funcionamento e de gestão dos referidos espaços; -----

-----Para cálculo do valor a atribuir foi utilizada a matriz proposta no contrato, a partir do ano 2020, (050€/serviço), mais um valor fixo em função do número de eleitores (até 2000 - 200€; de 2001 a 4000 - 300€ mais de 4000 - 400€);-----

-----A despesa tem o enquadramento orçamental na rubrica 01 020405010201, projeto 01 111 2016/14 4 e salvaguardado o cumprimento pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, -----

-----**PROPONHO** que seja atribuído um apoio financeiro no valor total de 1.378.50€ (mil trezentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos) às freguesias constantes do quadro infra, distribuído da seguinte forma:-----

Freguesia		Valor a transferir
Ventosa		580,00€
Abrigada/Cabanas de Torres		373,00€



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Meca	208,00€
Olhalvo	217,50€
TOTAL	1 378,50€

“

-----O vereador **Paulo Franco** prestou alguns esclarecimentos adicionais à proposta, nomeadamente que as freguesias em questão já tinham o espaço cidadão em funcionamento anteriormente ao ano de 2019 e que o apoio financeiro a conceder foi calculado com base na matriz proposta no contrato, a partir do ano 2020.-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, dar o seu acordo à proposta. ---

-----Mais deliberou a Câmara, nos termos da alínea ccc) do número 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, solicitar a competente autorização da Assembleia Municipal, conforme consignado na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do citado diploma legal.-----

-----**26. – Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Damião de Goes:** - Subscrita pelo senhor Presidente, em 05 de junho em curso, foi presente a proposta número 12378-P/2019, que se transcreve:-----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----O teor do email do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, registado sob o número 12378, no dia 15 de outubro do ano findo e o Despacho n.º 5874/2018, publicado na 2.ª Série, do Diário da República, de 15 de junho de 2018, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e das Autarquias Locais e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e **que:**-----

-----A Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2016, de 17 de agosto, que autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a realizar a despesa relativa aos encargos decorrentes da celebração de acordos de colaboração para intervenções de requalificação e modernização das instalações das escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, identificadas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrados no âmbito da prioridade de investimento 10.05 do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020, permite materializar os Acordos de Colaboração entre o Ministério da Educação e os Municípios Portugueses nela referidos;-----

-----Através da publicação do Despacho n.º 10805/2016, de 2 de setembro, do Despacho n.º 6343/2017, de 20 de julho e do Despacho n.º 6573/2017, de 31 de julho, foi autorizada a celebração dos Acordos de Colaboração aí especificados, constituindo o presente ato o prosseguimento do processo de cooperação entre o Ministério da Educação e os Municípios Portugueses para a mobilização dos fundos inscritos no Acordo de Parceria PORTUGAL 2020 destinados à modernização de escolas;-----

-----Nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46 -B/2013, de 1 de novembro, e 10/2016, de 25 de maio, e com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7 -A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, e 114/2017, de 29 de dezembro, sob proposta do Ministério da Educação, formulada nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 384/87, de 24 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos - Leis n.ºs 157/90, de 17 de maio, e 319/2001, de 10 de dezembro, foi determinado autorizar a celebração dos Acordos de Colaboração com os Municípios, onde consta o Município de Alenquer com o valor de 400 000, 85€, para a requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária Damião de Goes, no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020; -----

-----A Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro informou que o respetivo investimento, no montante de 470.589,00€ está inscrito no Plano Plurianual de Investimentos em financiamento não definido, de acordo com o estipulado na nota 7.1 do POCAL. Após a aprovação e assinatura da respetiva minuta será promovida uma alteração ao orçamento pela via da alínea f) do ponto 2.3.4.2 do POCAL, que passo a descrever: "f) As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concorrência das importâncias arrecadadas", **PROPONHO** a aprovação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com o Ministério da Educação para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Damião de Goes, que se anexa."-----

-----O **Presidente** disse que o processo esteve a aguardar porque disseram que talvez fosse possível aumentar o valor. Apesar de o protocolo ser assinado com o Ministério da Educação é o "Centro 2020" que disponibilizará a verba. -----

-----Como o possível aumento do valor não passa pela celebração de protocolo, mas pela abertura de um eixo pelo "Centro 2020", ao qual concorrerão todos os municípios da



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

região centro desde que as escolas sejam mapeadas pelo Ministério da Educação, nelas exista a cobertura de amianto e um projeto com maturidade, não se justifica que este protocolo esteja a aguardar.-----

----O Presidente deu a palavra ao **Vice-Presidente**, com funções atribuídas neste âmbito, que explicou que existir um projeto da Parque Escolar E.P.E., para requalificação da Escola Secundária Damião de Goes. Contactaram o gabinete de arquitetura que tinha feito esse projeto para o conhecer em detalhe e transformá-lo num projeto viável, quer economicamente, quer ajustado ao espaço escolar, o qual será efetuado em quatro fases, as quais explicou, pormenorizadamente. -----

----Seguiram-se esclarecimentos a questões colocadas pelos vereadores Frederico Rogeiro e Rosália Batista. -----

----O vereador **Frederico Rogeiro** equacionou se a estimativa foi feita a pensar na 1.^a fase de um projeto maior ou a pensar em ir buscar o que fosse possível sem estar associado a nenhum projeto ou a nenhuma fase do estudo prévio. O contrato refere a percentagem que cabe a cada uma das partes, sendo a revisão de preços encargo da Câmara. -----

----Assinalou que as requalificações devem avançar rapidamente, pois era essa a previsão da carta escolar.-----

----O **Presidente** confirmou que foi o valor conseguido e será de fazer a intervenção à medida do valor.-----

----Sabe-se agora, que existem 15 milhões de euros disponíveis para requalificação de escolas e que vão abrir um eixo para os municípios se candidatarem com um projeto que terá de obedecer aos critérios que referiu no início. Podemos vir a ser contemplados com a totalidade do valor ou não, o que depende dos projetos que forem apresentados e se estão dentro dos parâmetros definidos, razão por que decidiram fazer à medida da capacidade económica ou através de fundos comunitários ou de fundos próprios da autarquia. Foi sublinhado que a autarquia não aceitará o estabelecimento escolar sem o investimento adequado para que a receba em condições. -----

----Ainda no uso da palavra, e na sequência da intervenção do vereador Frederico Rogeiro, sobre a proveniência das verbas o **Presidente** explicou que existiram duas reprogramações. A primeira verba já estava consignada para a Oestecim, que deslocalizou alguma para a requalificação de escolas. A segunda verba é do Estado. Apuraram que havia eixos e rubricas que não estavam a ser executados, pelo que

reprogramaram, na totalidade, o programa nacional e deslocalizaram verba para algumas CCDR's e o Programa Operacional do Centro decidiu que a verba disponível iria ser toda alocada à requalificação do parque escolar.-----

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:

-----Resumo diário do dia 07 de junho de 2019, do qual consta que as Operações Orçamentais acusam um saldo no valor de € 2.160.336,93 (dois milhões cento sessenta mil trezentos trinta seis euros e noventa e três cêntimos) e as Operações não Orçamentais acusam um saldo de € 408.726,45 (quatrocentos oito mil setecentos vinte seis euros e quarenta e cinco cêntimos). Estão depositados em Instituições de Crédito, € 2.553.957,33 (dois milhões quinhentos cinquenta três mil novecentos cinquenta sete euros e trinta e três cêntimos) e em Títulos Negociáveis € 25,00 (vinte cinco euros). -----

-----A Câmara ficou ciente. -----

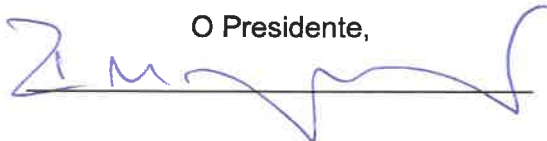
APROVAÇÃO DA ATA POR MINUTA:

-----Esta ata foi aprovada em minuta, no final da reunião, por a Câmara assim o ter deliberado, nos termos do número 3 do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

ENCERRAMENTO:

-----Eram 13,00 horas, quando o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo mesmo presidente e por mim, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -----

O Presidente,



A Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro,

